



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

AMANDA BEATRIZ DE OLIVEIRA CAVALCANTI

DESAFIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: A RUPTURA
COM O CONSERVADORISMO E A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS CLASSES
TRABALHADORAS NO CONTEXTO DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2022

Amanda Beatriz de Oliveira Cavalcanti

Desafios do Projeto Ético-Político do Serviço Social: a ruptura com o conservadorismo e a afirmação dos direitos das classes trabalhadoras no contexto de hegemonia neoliberal

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, como requisito básico para a conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Márcia de Andrade Medeiros

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2022



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

- C376d Cavalcanti, Amanda Beatriz de Oliveira
Desafios do projeto ético-político do serviço social: a ruptura com o conservadorismo e a afirmação dos direitos das classes trabalhadoras no contexto de hegemonia neoliberal/ Amanda Beatriz de Oliveira Cavalcanti. – Palmeira dos Índios, 2022.
51 f.
- Orientador: Prof. Dra. Silvana Márcia de Andrade Medeiros.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2022.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).
Referências: f. 49-51.
1. Serviço social. 2. Assistentes sociais. 3. Política social. 4. Assistentes sociais – Prática profissional. I. Medeiros, Silvana Márcia de Andrade. II. Título.

CDU 364

Amanda Beatriz de Oliveira Cavalcanti

Desafios do Projeto Ético-Político do Serviço Social: a ruptura com o conservadorismo e a afirmação dos direitos das classes trabalhadoras no contexto de hegemonia neoliberal

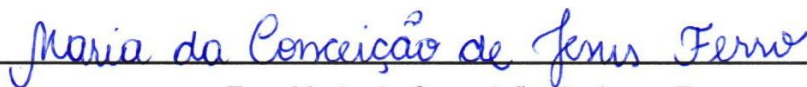
Trabalho de Conclusão de Curso –TCC,
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca,
Unidade Educacional de Palmeira dos
Índios, como requisito básico para a
conclusão do Curso de Graduação em
Serviço Social.

Data de Aprovação: 04/ 03 / 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Silvana Márcia de Andrade Medeiros
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Orientadora)

Prof.^a Ma. Adielma Lima do Nascimento
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
(Examinadora Interna)



Esp. Maria da Conceição de Jesus Ferro
(Examinadora Externa)

Dedicatória

A Deus e a minha família, em especial, as minhas mães, Ana Paula, Detinha e Mirtes Andréia.

AGRADECIMENTOS

Para a materialização deste estudo houve momentos únicos e pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram com apoio e estímulo nesse caminho. O trajeto percorrido, desde a entrada no curso de graduação em Serviço Social, até aqui, proporcionou inúmeros desafios e vários questionamentos. Apesar de no início não ter o conhecimento do que se tratava a profissão, pude perceber aos poucos o quanto ela é desafiadora, e hoje, sou admirada pela graduação que escolhi.

Primeiramente, agradeço e dedico esta trajetória a Deus, por todas as bênçãos concedidas para que eu chegasse até aqui. Em especial, pelo dom da vida e por permanecer sempre ao meu lado, agraciando-me com sabedoria e força diante de todas as dúvidas e angústias, e também por sempre ter mantido acesa em meu ser a chama do Espírito Santo. Agradeço a minha mãe, Nossa Senhora, por sempre interceder por minha vida e me acolher em seu colo.

As minhas mães **Ana Paula, Detinha** (avó) e **Mirtes Andréia**(Tia), vocês são minha referência de mulher forte e guerreira. Agradeço por todo amor, carinho e cuidado e por sempre estarem dispostas a me ajudar e me acolher diante de qualquer dificuldade. Vocês foram inspiração nos meus estudos e continuarão sendo na minha vida profissional. Gratidão!

Ao meu pai **Altamir**, por sempre se preocupar com meus estudos e por todo amor, carinho e apoio.

Aos meus irmãos **Davi, Thayse e Fátima**, pelo companheirismo e por vibrar junto comigo em cada conquista.

As minhas sobrinhas **Ayumi e Alana**, obrigada por vocês existirem!

Aos meus tios **Paulo Roberto, Marcos André, Adriana**, por me apoiarem direta e indiretamente ao longo desses anos.

Ao meu namorado **Tiago Luís**, por todo incentivo, amor e cumplicidade. Por ouvir meus anseios e partilhar a vida comigo.

Aos primos e primas, por sempre estarem perguntando sobre minha graduação e me apoiando em cada dificuldade.

As minhas amigas **Maria Ana, Rosa Maria, Mariana Ferreira, Mylene Barbosa, Maria Isabel, Brenda Barreto, Millena Rodrigues**, que dividem a vida comigo há anos. Obrigada por serem meu ombro amigo em todos os momentos e dividirem momentos inesquecíveis comigo.

Às amigas que a convivência na UFAL me apresentou e que levo/levarei por toda a vida. **Milena Nolasco**, que foi minha dupla e se tornou essencial em minha vida. Obrigada por cada momento ao seu lado durante esse percurso. **Leila Feitosa, Mikaelly Gonçalves, Lidja Larissa, Eduarda Nunes e Julianne Freire**, que desde o início da graduação estão presentes em toda minha trajetória. Vocês são maravilhosas e foram primordiais para tornar os dias difíceis mais leves. Obrigada por compartilharem essa trajetória junto comigo!

As amigas que a Psicologia me apresentou: **Polyana Curvelo, Polly Tavares e Adriana**, obrigada por todo carinho, apoio e incentivo. Vocês são essenciais!

Agradeço aos professores de Serviço Social da UFAL – Unidade Palmeira dos Índios, que contribuíram para minha formação acadêmica. Todo meu respeito e minha admiração!

Agradeço a minha orientadora de estágio, **Maria Ferro**, que foi essencial durante meu momento como estagiária. Você foi/ é referência humana e profissional em minha vida. Serei eternamente grata por cada momento partilhado. A **Rosângela ferro**, que também me deu total apoio e incentivo durante esse momento.

Agradeço a minha orientadora, **Silvana Medeiros**, por ser um exemplo de profissional e exercer com maestria e responsabilidade seu papel. Gratidão!

Por fim, agradeço a todas as pessoas que perpassaram minha trajetória acadêmica e a todos que me incentivaram e torceram por essa conquista.

Essa conquista é de todos nós!

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. ”

Maria Lúcia Martinelli

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os desafios postos para efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, retomando as suas bases para a ruptura com o conservadorismo e os compromissos para a afirmação dos direitos das classes – trabalhadoras, ameaçados pela hegemonia neoliberal. O método histórico crítico dialético adotado supõe aproximações do objeto de estudo para apreender o seu desenvolvimento histórico e os nexos constitutivos da realidade. Foram utilizados a pesquisa bibliográfica e documental como procedimentos metodológicos. A monografia organizou-se em duas seções. A primeira tratou do significado social da profissão na reprodução das relações sociais, resgatando a trajetória histórica da sua gênese à construção do Projeto Ético-político de ruptura com o conservadorismo. Inicialmente, busca apreender a emergência da questão social nas relações sociais capitalistas, a gênese e a institucionalização da profissão para, em continuidade, apresentar o confronto com as bases conservadoras e os traços da renovação profissional. A seguir, recupera as bases da construção do projeto ético-político da profissão cuja direção social favorece o projeto societário das classes trabalhadoras. A segunda seção buscou entender as transformações societárias atuais e os desafios enfrentados pelos/as Assistentes Sociais em meio a um contexto de hegemonia neoliberal, no qual foi salientado suas respostas profissionais. A relevância deste debate sobre as condições sócio históricas atuais de precarização do trabalho, subsidia as reflexões sobre o cotidiano do exercício profissional, alargando seus horizontes para formular propostas e alternativas para garantia dos direitos, voltando-se, assim, para o fortalecimento do Projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; projeto ético-político profissional; direitos; neoliberalismo; conservadorismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the challenges posed for the realization of the Ethical-Political Project of Social Work, resuming its bases for the rupture with conservatism and the commitments to the affirmation of the rights of the working classes, threatened by neoliberal hegemony. The dialectical critical historical method adopted supposes approximations of the object of study to apprehend its historical development and the constitutive nexuses of reality. Bibliographic and documental research were used as methodological procedures. The monograph was organized into two sections. The first dealt with the social meaning of the profession in the reproduction of social relations, rescuing the historical trajectory from its genesis to the construction of the Ethical-Political Project of rupture with conservatism. Initially, it seeks to apprehend the emergence of the social issue in capitalist social relations, the genesis and institutionalization of the profession in order to, in continuity, present the confrontation with the conservative bases and the traces of professional renewal. Next, it recovers the bases for the construction of the ethical-political project of the profession whose social direction favors the societal project of the working classes. The second section sought to understand the current societal transformations and the challenges faced by Social Workers in the midst of a context of neoliberal hegemony, in which their professional responses were highlighted. The relevance of this debate on the current socio-historical conditions of precarious work, subsidizes reflections on the daily life of professional practice, broadening its horizons to formulate proposals and alternatives to guarantee rights, thus turning to the strengthening of the ethical project - professional politician.

Keywords: Social service; professional ethical-political project; rights; neoliberalism; conservatism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio dos Serviços Sociais
CEAS	Centro dos Estudos e Ação Social de São Paulo
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	13
2.1	Relações Sociais Capitalistas e a Questão Social	13
2.2	Uma Abordagem Crítica sobre a Gênese e Institucionalização da Profissão: identificação das bases conservadoras da profissão e da sua articulação com a dinâmica de classes entre os anos 1930-1960	18
2.3	O Confronto com o Serviço Social “Tradicional” e os Traços da Renovação Profissional	23
2.4	Construção do Projeto Ético-Político Profissional de Ruptura a Partir dos Anos de Redemocratização	29
3	CONDIÇÕES SOCIETÁRIAS ATUAIS E AS RESPOSTAS PROFISSIONAIS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM DEBATE	34
3.1	As Transformações Societárias e a Destituição dos Direitos	34
3.2	A Atuação Do/A Assistente Social em face do Contexto de Hegemonia Neoliberal	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os desafios postos para efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, retomando as suas bases para a ruptura com o conservadorismo e os compromissos para a afirmação dos direitos das classes trabalhadores ameaçados pela hegemonia neoliberal.

O interesse pelo tema surgiu a partir da reflexão sobre as transformações societárias e os desafios postos para a atuação dos/as assistentes sociais, tendo em consideração um cenário vivenciado de hegemonia neoliberal. Ao tempo que se entende a importância de lutar contra o atual desmonte de políticas públicas e conservar o posicionamento profissional em busca da defesa intransigente dos direitos humanos e do aprofundamento da democracia, explicitado dentre os princípios fundamentais preconizados no Código de Ética profissional.¹

Adotou-se como pressupostos teórico-metodológicos a perspectiva histórico crítica e dialética, pois a teoria social marxiana possibilita ao pesquisador desempenhar um processo de mediação que apreenda a totalidade, por meio do caminho metodológico, que possibilita sair da aparência e, assim, alcançar a essência do objeto. Foi utilizada a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica como procedimentos metodológicos, com vistas à revisão de literatura de autores brasileiros significativos na produção teórica do Serviço Social, tais como Paulo Netto (2006), Behring e Boschetti (2011), Iamamoto e Carvalho (2014), Iamamoto (2015), Paulo Netto e Braz (2006), dentre outros.

A monografia organizou-se em duas seções. Na primeira seção realiza-se uma reflexão acerca do significado social do Serviço Social na reprodução das relações sociais, situando a articulação da profissão com a emergência da questão social. Em seguida, retoma criticamente a gênese e a institucionalização da profissão, identificando suas bases conservadoras e o posterior confronto com o Serviço Social tradicional, resultando no processo de renovação profissional entre os anos 1960 e 1980 que assumiu distintas direções. Por fim, recupera-se o processo e as bases da construção do projeto ético-político da profissão a partir dos anos de

¹ Referência ao Código de Ética do/a Assistente Social instituído em 1993, conforme a Resolução N. 273, do CFESS, após um debate nacional para aprimorar o Código de 1986.

redemocratização, imprimindo uma nova direção social que se vincula ao projeto societário das classes trabalhadoras.

Na segunda seção busca-se entender as transformações societárias atuais no mundo do trabalho e refletidas na esfera do Estado e os desafios enfrentados pelos/as Assistentes Sociais em meio a um contexto de hegemonia neoliberal, no qual salientou-se as repercussões nas atribuições e competências e nas respostas profissionais.

A atuação profissional dos/as assistentes sociais tem se deparado com desafios resultantes da reconfiguração da questão social, que vem tendo suas manifestações intensificadas, assim, como o agravamento das condições sociais ampliou-se com a efetivação da política neoliberal que tem como finalidade a desresponsabilização do Estado no que se refere a execução das políticas públicas submetidas ao ajuste fiscal e cortes de gastos sociais.

Portanto, a temática em questão se constitui como um rico debate que contribui para a formação e a atuação profissional do/a assistente social, levando em consideração que abrange as dimensões da Economia, da Política, do Estado, do campo dos Direitos Sociais e as repercussões na prática profissional.

É com o respaldo crítico desse estudo, que se busca uma intervenção comprometida com a classe trabalhadora. O Serviço Social na contemporaneidade necessita estar atento ao movimento das classes sociais e do Estado na busca de decifrar a realidade e construir respostas profissionais no cotidiano.

2 O SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O objetivo dessa seção é refletir sobre o significado social da profissão na reprodução das relações sociais, a partir do resgate da trajetória histórica percorrida pelo Serviço Social no Brasil, da sua gênese à construção de um projeto ético-profissional que busca romper com conservadorismo.

Para isso, no primeiro momento busca-se apreender a emergência da questão social nas relações sociais capitalistas, como resultado da contradição entre capital e trabalho que gera dois polos antagônicos.

Em seguida, aborda criticamente a gênese e a institucionalização da profissão para, em continuidade, apresentar o confronto com as bases conservadoras e os traços da renovação profissional presentes nas três principais tendências. Por fim, recupera-se o processo e as bases da construção do projeto ético-político da profissão cuja direção social favorece o projeto societário das classes trabalhadoras.

2.1 Relações Sociais Capitalistas e a Questão Social

O capitalismo caracteriza-se como modo de produção que generalizou as relações mercantis, sendo sua essência pautada na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza que era/é socialmente produzida. Fundado na exploração do trabalho assalariado que resulta da extração e realização da mais-valia correspondendo a discrepância entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho, designado como valor excedente.

O mundo da mercadoria atinge a própria força de trabalho, que passa a encontrar-se no mercado para ser comprada e vendida, dotada de sua qualidade específica de ser uma mercadoria cujo valor de uso possui a virtude particular de ser fonte de valor, de modo que consumi-la significa realizar trabalho e, portanto, criar valor. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 39).

O capital tem sua expressão através dos meios de produção e do dinheiro, logo, em uma sociedade capitalista, é notório que haja um movimento contínuo de valorização excessiva desse capital. As formas de relações expressadas são imprescindíveis para o meio de produção, — elas aparecem de uma forma, mas na

verdade é outra, ou seja, aparecem como uma relação entre mercadoria — embora, sejam apenas relações entre classes sociais diferentes.²

Assim, no tempo de trabalho excedente o que se produz de mais valor — mais-valia — é expropriado pelo capitalista, por isso, caracteriza-se a relação de subordinação do trabalho pelo capital, constituindo-se como força de trabalho. Paulo Netto e Braz (2006) afirmam que:

A força de trabalho, durante a jornada de trabalho produz *mais* valor que aquele necessário à sua produção/ reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte do seu lucro). Numa palavra, do valor criado pela força de trabalho, a parte que excede a sua produção/ reprodução é apropriada pelo capitalista — a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa *relação de exploração* que se funda o MPC.³ (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 101, grifo do autor)

Assim, de um lado, a burguesia que detém os meios de produção, que precisa encontrar uma mercadoria com características especiais, para que no processo capitalista consigam um maior valor do que seu momento inicial; por outro lado, está a força de trabalho exercida pela classe trabalhadora.⁴ Portanto, existindo essa

² Paulo Netto (1996) apresenta a particularidade da formação social brasileira: “Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou **contra** o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados (PAULO NETTO, 1996, p. 18, grifos do autor)

³ Os autores usam a sigla MPC para designar Modo de Produção Capitalista.

⁴ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), “se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o **trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor**, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a **política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social**. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 53, grifo nosso)

relação social entre os dois sujeitos, compreendem-se como possuidores de mercadorias e vendedores da sua força de trabalho.

As relações sociais são transformadas em relações econômicas, sendo essas voltadas as mercadorias e não aos indivíduos que as produzem. A partir disso, os bens necessários à vida humana também serão produzidos como mercadorias.

As funções que exerce o capitalista não são outra coisa que as funções do capital mesmo, exercidas com consciência e vontade. O capitalista só funciona enquanto capital personificado, é o capital enquanto pessoa: do mesmo modo que o trabalhador funciona unicamente enquanto trabalho personificado, que ele pertence enquanto suplício, porém que pertence ao capitalista como substância criadora e acrescentadora de riqueza. (MARX, 1973, p.19 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 50).

A acumulação do capital⁵ reflete negativamente sobre o trabalho através da extração de mais-valia, impulsionando dois processos interdependentes de concentração e centralização da propriedade, condição de formação dos monopólios, de um lado, e de destituição das condições de trabalho e de vida expressa no pauperismo das classes trabalhadoras, de outro.

Visando atender as demandas do capital, o poder econômico se refuncionaliza, tendo como instância, o Estado. Este, sempre esteve presente no processo econômico do capital, até o momento, ele atuava em condições externas quanto a produção capitalista. Nesse sentido, é no capitalismo monopolista que o Estado assume seu papel, assumindo assim, interesses da burguesia e do proletariado, tornando-se necessária a sua intervenção na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Logo, algumas das graves consequências da acumulação do capital para a classe trabalhadora são o pauperismo e a formação do “[...] *exército industrial de reserva* – ou seja um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006,

⁵ “As funções que exerce o capitalista não são outra coisa que as funções do capital mesmo, exercidas com consciência e vontade. O capitalista só funciona enquanto capital personificado, é o capital enquanto pessoa: do mesmo modo que o trabalhador funciona unicamente enquanto trabalho personificado, que ele pertence enquanto suplício, porém que pertence ao capitalista como substância criadora e acrescentadora de riqueza”. (MARX, 1973, p.19 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO 2014, p. 50).

p. 132). Os autores baseados na Crítica da Economia Política afirmam que esta é uma condição necessária e constitutiva do capitalismo: [...] *o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas*, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas *sob as relações sociais de produção capitalistas.*” (*Ibid.*, p. 134, grifo dos autores)

Assim, o desemprego é uma característica ineliminável da reprodução do capital. A existência dessa reserva de trabalhadores desempregados possibilita aos capitalistas obterem uma maior pressão no sentido do rebaixamento dos salários, incrementando a exploração daqueles trabalhadores empregados e disponibilizando ao capital uma reserva de força de trabalho.

Desse modo, o pauperismo da sociedade capitalista fundamenta-se pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, nas quais toda reprodução do capital é concentração de valor e geradora de miséria. Havendo processos de pauperização:

A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram com padrões de alimentação e moradia, mais elevados; ela se caracteriza pela parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 135, grifo dos autores)

O exército industrial de reserva e a pauperização das massas trabalhadoras são produtos da “lei absoluta-geral da acumulação capitalista”⁶, ao produzir dois polos de acumulação da miséria e da riqueza. Nesta polarização riqueza/pobreza encontra-se a “raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2014, p. 159).

⁶ “A lei da acumulação do capital que se pretende mistificar, convertendo-a em lei natural, não expressa mais que uma coisa: que sua natureza exclui toda redução do grau de exploração do trabalho ou toda alta do preço deste, que possa colocar em perigo seriamente a reprodução constante do regime capitalista e a reprodução do capital em uma escala cada vez mais alta. E, forçosamente, tem que ser assim em um regime de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de exploração de valores já criados, em vez de riqueza material existir para as necessidades do trabalhador.” (MARX, 1975, p. 524 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 73-74)

A lei geral da acumulação do capital que promove a concentração crescente dos meios de produção e de capitais faz surgir as condições para a emergência e o desenvolvimento da questão social,⁷ visto que, é na produção e reprodução do capital que se encontra a raiz da questão social⁸. Portanto, uma é insuperável sem a superação da outra.

Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões a medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é *insuprimível* nos marcos da sociedade onde domina o MPC. Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital. (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 139, grifo dos autores)

A reprodução ampliada capitalista e a lei geral da acumulação constituem as determinações da questão social. Além dessas determinações econômicas, surge o protagonismo político e a luta de classe do proletariado.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesa, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84).

⁷ “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação”. (PAULO NETTO, 2013, p. 02)

⁸ Salientando sobre a questão social no Brasil, afirmamos que em meados de 1930, o país vivia um processo de industrialização e um momento significativo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A partir de 1930, A sociedade brasileira viveu o maior desenvolvimento econômico, refletindo no aumento da renda per capita, dos salários, do consumismo, como também, um grande crescimento da população e da urbanização. O aumento da população, resultou em problemas de saneamento básico, habitação, infraestrutura, assistência, dentre outros. Quanto mais industrialização, mais desigualdade social, causando o acirramento da questão social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Diante disso, a questão social se manifesta concretamente mediatizada por relações geracionais, de gênero, de raça, dentre outros, em que as situações de pobreza, desemprego, violência, possui uma dimensão estrutural e diferenciadas formas de manifestação, que devem ser apreendidas, numa perspectiva de totalidade, tendo na exploração do trabalho o elemento que lhe assegura a unidade (IAMAMOTO, 2015)

Dessa forma, as múltiplas manifestações da questão social são compreendidas no sentido de sua unidade, pois são expressões da contradição e do antagonismo entre capital e trabalho, e também dos seus desdobramentos ideopolíticos⁹.

Apresenta-se a seguir alguns traços do surgimento do Serviço Social no Brasil, relacionados a um contexto que impulsionou uma nova “racionalidade” no enfrentamento da questão social, como assinalam Carvalho e Iamamoto (2014).

2.2 Uma Abordagem Crítica sobre a Gênese e Institucionalização da Profissão: identificação das bases conservadoras da profissão e da sua articulação com a dinâmica de classes entre os anos 1930-1960

Entende-se que o momento de institucionalização da profissão de Serviço Social é desenvolvido no contexto contraditório de processos sociais, econômicos e políticos, no qual caracteriza as relações entre as classes sociais no capitalismo monopolista na sociedade brasileira.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, [...] buscou afirmar-se historicamente [...] como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir. (MARTINELLI, 2000, p. 66).

A partir dos anos 1930, o Serviço Social evidencia-se e legitima-se como um dos elementos do Estado e do empresariado, tendo suporte da Igreja Católica, no

⁹ “Vale destacar que, quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução — movimentos inseparáveis na totalidade concreta — de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza.”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 52)

enfrentamento e regulação da questão social, através da amplificação das suas manifestações no cotidiano da vida social adquiridas pelas suas expressões políticas. Quando as variadas expressões da questão social são manifestadas nas condições de uma parte mais empobrecida da sociedade, torna-se a justificativa da construção do espaço do Serviço Social na divisão social do trabalho e na atribuição da identidade da profissão como mecanismo de exercício de poder das classes dominantes.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na *demanda social* que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais, são em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua *legitimação* diz respeito apenas a grupos e frações restritos das *classes dominantes* em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, *na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135-136, grifos nossos).

Em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), “[...] considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil [...] da necessidade sentida [...] de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 178). Vinculado a setores da Ação Social e Ação Católica, surgiu após a realização do Curso Intensivo de Formação Social para Moças¹⁰ com objetivo de disseminar a doutrina social da Igreja e mobilizar o laicado.

¹⁰ Iamamoto e Carvalho demonstram com larga documentação o posicionamento desta militância feminina da burguesia que “aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 182) atuaram na preservação da ordem moral e social. A exemplo de Tese apresentada em 1933 em um Congresso do CEAS: “Não somente é justificável a ação feminina social como ainda é indispensável (...) Não tem a mulher, na sociedade a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país,

O Curso teve a participação de Mlle. Adèle Loneux da Escola de Católica de Serviço Social de Bruxelas. Em 1936, estes esforços se ampliam para fundação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo com esta influência do Serviço Social europeu que detinha características como o “[...] autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e a ausência de base técnica [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 222).

De acordo com o pensamento social da Igreja, a questão social era analisada como uma questão moral, naturalizada como uma ligação de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Refere-se a uma perspectiva conservadora, individualista e moralizadora que demandam ações educativas de ajustamento social.

Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que o Estado começa a assumir a regulação dos conflitos entre as classes sociais, conforme iniciativas criadas como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o desenvolvimento de instituições sociais assistenciais e previdenciárias, em um contexto de industrialização do país. Logo,

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só a regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um *novo tipo de enfrentamento da questão social*. O Estado busca, também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação dos serviços sociais, o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84, grifo nosso).

Neste contexto ocorreu a legitimação e institucionalização do Serviço Social. Dessa maneira, Serviço Social surgiu como uma forma de controle social e difusão da ideologia dominante que desenvolveu — e desenvolve até os dias atuais — ações e intervenções na implementação de política social através dos serviços sociais que percorrem as demandas tanto do capital quanto do trabalho. Observa-se, portanto, que o Serviço Social possui uma prática profissional contraditória, visto que, de um lado, o Serviço Social responde a demandas da classe dominante, e por outro, atende

tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe de sociedade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 183).

as demandas da classe trabalhadora, que muitas vezes, buscam atendimento em respostas das da classe dominante.

Fica nítido que o desenvolvimento do Serviço Social é inteiramente ligado à questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão, expressão da contradição entre capital e trabalho. A partir dos anos 1940 o conservadorismo católico que determinou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro entra em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho traspassadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Os/as assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os/as assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Neste contexto, a reprodução social da vida de trabalhadores empobrecidos evidencia-se em demandas que pressionam o Estado por uma ação assistencial. Essa ação ergue-se na sociedade brasileira como parte de um complexo de estratégias de regulação econômicas e sociais, justificadas pela necessidade de concordar com as questões relacionadas ao favorecimento da acumulação ao controle social, com as necessidades dos que vivem do trabalho. Logo, o Estado passou a intervir no processo de reprodução das relações sociais na sociedade, assumindo o papel de regulador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como na reprodução da força de trabalho.

Ao objetivar legitimar a ordem social, o Estado brasileiro incorporou parte das reivindicações dos trabalhadores, através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, no que, caminhando ao lado das grandes instituições assistenciais, amplia-se possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o apoio católico. O Serviço Social amplia sua área de atuação e suas bases sociais do processo de formação, apropriando-se na efetivação das políticas sociais provenientes do Estado e, a partir desse momento,

tem seu desenvolvimento relacionado com os elementos estatais nas intervenções das políticas sociais.

O Estado impulsionou a profissionalização do Serviço Social e expandiu o campo de trabalho de acordo com as novas formas de enfrentamento da questão social. Por conseguinte, é justamente na história social da sociedade brasileira, que se concebe as condições para que, no processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social estabeleça um espaço de profissionalização e assalariamento.

A partir disso, o Serviço Social obtém legitimidade no conjunto de elementos reguladores no âmbito das políticas socioassistenciais, cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, ultrapassam sua vontade. Esta inserção designa ao/a assistente social uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas geradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de mazelas da questão social, conferindo-lhe um perfil não liberal ao exercício profissional.

Assim, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o/a assistente social não se configura como profissional autônomo no exercício de suas atividades. Entretanto, não significa que a profissão não possua autonomia e características que estão presentes nas profissões liberais que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a regulamentação legal da profissão aprovada pela Lei 3252, de 1957.¹¹

Cabe salientar que as condições históricas concretas que possibilitaram o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, são que irão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apresentando seus limites e suas particularidades do processo de reprodução social da vida dos indivíduos mais empobrecidos da sociedade.

¹¹ “O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).” O CFESS Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess> Acesso em: 25 jan. 2022.

Nesse sentido, constituem-se as particularidades da profissão, resultantes das respostas produzidas pelos profissionais às demandas que vão configurar o mercado de trabalho do assistente social, por meio das formas de organização da categoria, ou das formulações teórico-metodológicas construídas a partir do Serviço Social.

Destarte, o Serviço Social profissional constrói referências que demonstram sua identidade profissional, oriunda do modo de inserção da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e firmar o exercício profissional. Logo, o Serviço Social como profissão desenvolve sua intervenção junto à sociedade, intervindo em situações sociais que vão afetar as condições concretas dos usuários.

A obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 (2006), de José Paulo Netto, ressalta a importância do processo de renovação profissional constituído no contexto do ciclo ditatorial, abordado a seguir.

2.3 O Confronto com o Serviço Social “Tradicional” e os Traços da Renovação Profissional

A ditadura brasileira, vista como regime autocrático burguês, impôs a derrota das forças democráticas, nacionais e populares atuantes no período entre 1945 e 1964. O Estado autocrático burguês promoveu uma modernização conservadora do País com aprofundamento da dependência do país aos países centrais e exclusão política das massas.

As formas tradicionais de atuação profissional foram sendo questionadas a partir da expansão de um mercado de trabalho nacional diretamente relacionada à expansão de políticas sociais que – “[...] reequaciona inteira e profundamente não só o *sentido* das políticas setoriais então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital, mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las” (PAULO NETTO, 2006, p. 120), produzindo novas requisições socioprofissionais:

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o *perfil* do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”. (PAULO NETTO, 2006, p. 123, grifo do autor).

Em nota de rodapé Paulo Netto esclarece o que foi entendido como Serviço Social tradicional:

[...] “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática” [...] cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (PAULO NETTO, 2006, p. 117-118)

As conexões entre ditadura e a profissão conduziram a reformulações no desempenho profissional e no seu perfil com a erosão do Serviço Social tradicional.¹² Destacaram-se nestas condições o afastamento das primeiras agências formadoras, vinculadas a Igreja e ao conservantismo tradicional, e a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário que impulsionaram a renovação da profissão entendida como,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (PAULO NETTO, 2006, p. 131).

Desse processo a partir de 1965 ocorreu a laicização do Serviço Social e a diferenciação da categoria profissional que até então tinha relativa homogeneidade nas suas intervenções. Teve início um pluralismo profissional e uma disputa pela hegemonia no marco do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina.

A inserção do Serviço Social no circuito universitário permitiu a interlocução com produções e debates teóricos e a constituição de um corpo docente voltado à investigação e com engajamento nas lutas dos anos 1960

¹² Paulo Netto destaca que houve o reforço nos discursos governamentais ao Serviço Social tradicional, tendo em vista: “preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais. (PAULO NETTO, 2006, p. 117)

[...] pela primeira vez, *institucionalmente*, criavam-se condições para o surgimento de um *padrão acadêmico* (ainda que o possível na universidade da ditadura) para exercitar a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas. Está claro que a estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender às suas demandas “modernizadoras” e, para tanto, jogava com as suas políticas educacional e cultural; é indiscutível que este escopo foi atingido – porém, ao mesmo tempo, engendraram-se circunstâncias que permitiram a incorporação e o posterior desenvolvimento, especialmente pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa. (PAULO NETTO, 2006, p. 129-130, grifos do autor).

Dessa forma, as circunstâncias postas à renovação do Serviço Social atenderam as novas necessidades da organização do capitalismo dos monopólios, possibilitando a emergência de “[...] um feixe de alternativas que desbordavam amplamente as projeções ditatoriais.” (PAULO NETTO, 2006, p. 130). Como consequência das modificações ocorridas na formação profissional, quando o Serviço Social passa a adentrar os campos universitários.

Destaca-se que a aproximação com as ciências sociais possibilitou se contrapor à subalternidade profissional, “[...] a condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocada por uma postura de crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico.” (PAULO NETTO, 2006, p. 132).

Desse modo, constatou-se a recusa a ser meramente executores de políticas sociais e começam a resistir a trajetória de subalternidade dentro da divisão social do trabalho, passando a surgir uma preocupação com a validação teórica. Assim,

A validação teórica da profissão adquire a dimensão de uma reflexão inscrita num marco que desborda o corporativismo e o exclusivismo, circunscrevendo um terreno de preocupações que incorpora impostações investigativas diversas para questionar o conjunto de supostos e procedimentos profissionais. Onde, nesta abrangência, duas características: a referência a um repertório de problemas e a um arsenal heurístico progressivamente mais amplos e uma recepção crescente a núcleos temáticos do processo cultural contemporâneo da sociedade brasileira. [...] Não é um puro acaso, portanto, que um dos traços mais salientes dessas elaborações seja a *ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social*: a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido — é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal. (PAULO NETTO, 2006, p. 133, grifo do autor).

As entidades organizativas da categoria como a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), criada em 1946, e o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social (CBCISS), organizado em 1961-1962, responsáveis pela dinamização das discussões viram-se obrigadas e questionadas pelo processo de renovação ao tempo que ampliava consideravelmente a participação de profissionais em nos eventos como seminários e congressos. “[...] na renovação do Serviço Social, é que esses eventos [...] deixam de ser espaços de consagração consensuais e se revelam territórios de polemicas.” (PAULO NETTO, 2006, p.134).

Paulo Netto apresenta quatro aspectos mais decisivos nesse processo de renovação do Serviço Social: surgimento do pluralismo teórico, ideológico e político contraposto ao monolitismo de sua origem; a crescente diferenciação das concepções profissionais derivadas das matrizes teórico-metodológicas; a interlocução acadêmica e cultural e a constituição dos segmentos de vanguarda, especialmente nas universidades, mas não exclusivamente e voltados para a investigação e a pesquisa (PAULO NETTO, 2006, p. 135-136).

Com esses traços o processo de renovação do Serviço Social no Brasil percorreu três momentos reflexivos: o primeiro é contemplado na segunda metade dos anos 1960, com os “seminários de teorização” organizados pelo CBCISS fomentando os caminhos para a renovação profissional; o segundo após 1975, ao destacar as reflexões e sistematizações a partir da pós-graduação; e o terceiro no início dos anos 1980, unindo aos setores anteriores, os organismos ligados as agências formadoras como ABESS e as ligadas à categoria profissional (Ibidem, 2006). Logo, as reflexões profissionais progrediram-se de formas diversas no período de renovação e possuiu três direções.

Designada como perspectiva modernizadora, a primeira direção foi hegemônica na categoria profissional e procurava ressituar as técnicas profissionais ao contexto do desenvolvimento capitalista. Suas vertentes ganharam destaques nos seminários de Araxá e Teresópolis, na qual a categoria profissional foi fortemente marcada por suas influências. “Ela mantém uma direta relação de continuidade com o acúmulo profissional realizado *na transição dos anos cinquenta aos sessenta.*” (PAULO NETTO, 2006, p. 154, grifo do autor). Assim, assenta-se nos fundamentos do estrutural funcionalismo, atendendo as demandas sociais postas pela ordem burguesa e pela ditadura:

[...] ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o *cariz tecnocrático do perfil* que pretende atribuir ao Serviço social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” — donde, por outro lado, o lastro eclético de que portadora. (PAULO NETTO, 2006, p. 155, grifo nosso).

É na segunda metade dos anos 1970, no período de crise da autocracia burguesa, que as esferas mais conservadoras da profissão, com vinculação católica, resistiram a laicização da profissão e buscaram retomar os instrumentos mais conservadores da tradição profissional, opondo-se a perspectiva modernizadora.

Em contrapartida, os setores mais críticos da categoria profissional vão ganhando espaço na área acadêmica. Em relação à perspectiva modernizadora “[...] seu *traço conservador e sua colagem à ditadura* incompatibilizam-na com os segmentos profissionais críticos quer em face da autocracia burguesa, [...] quer em face dos seus substratos teóricos.” (PAULO NETTO, 2006, p. 157, grifo do autor)

Segunda direção é designada por Paulo Netto como reatualização do conservadorismo, baseada na fenomenologia. Logo, devolve a visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional e defende intervenção voltada para dimensões da subjetividade e psicologistas com centralidade na dinâmica individual para assegurar a ajuda psicossocial.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, [...] e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, [...] repudiando, simultaneamente, os padrões [...] vinculados à tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana.” (PAULO NETTO, 2006, p. 157).

A terceira vertente, designada como a perspectiva de Intenção de Ruptura com o Serviço Social tradicional ao buscar romper com o pensamento conservador (positivista e reformismo conservador) em um contexto de transição democrática.

Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente, ela toma forma pela elaboração de quadros docentes e profissionais cuja formação se dera entre as vésperas do

golpe e a fascitização assinalada pelo AI-5¹³. [...] A medida que avança a crise da ditadura, e o “marxismo acadêmico” [...] se desenvolve, ela se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual; quando a autocracia burguesa entra na defensiva e se processa a transição democrática, ela empolga vanguardas profissionais, fortemente mesclada ao novo irracionalismo [...]. (PAULO NETTO, 2006, p. 159).

Enquanto a autocracia burguesa criava condições para que ela recebesse influências sociopolíticas e ideoculturais capazes de modificar seu direcionamento conservador, ela torna inviabilizado a interlocução da categoria com o movimento das classes sociais que ofereciam apoio para a ruptura conservadora.

Assim, é na crise da autocracia burguesa que as tendências democráticas do pré-64 são revitalizadas. A força da classe trabalhadora que surgiu nos momentos seguintes ao fim da ditadura, também foi responsável pelo fortalecimento dessa perspectiva, superando os limites impostos pelo controle da ditadura e enfrentando a realidade por meio de um projeto profissional vinculado às classes subalternas. A explicitação do caráter político e das suas bases sociopolíticas caracterizam a perspectiva de Intenção de Ruptura, apesar de haver nos anos 1980 uma tendência a partidarização, reconhecida como messianismo e voluntarismo ao tratar das funções sociais da profissão.¹⁴

De acordo com Paulo Netto (2006), a perspectiva de Intenção de Ruptura foi desenvolvida em três momentos correspondentes a sua emergência, consolidação acadêmica e o espraiamento sobre a categoria profissional. A emergência se deu entre os anos 1972 e 1975, por jovens profissionais na Escola de Serviço Social da

¹³ Instituído em 13 de dezembro de 1968 e revogado em dezembro de 1978, o Ato Institucional.n. 5 (AI 5) “Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. [...] autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República. [...] O AI-5 não só se impunha como um instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção de modelo econômico em que o crescimento seria feito com “sangue, suor e lágrimas”. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 10 mar. 2022.

¹⁴ O Código de Ética aprovado em 1986 detém este caráter. Sugiro ver Introdução ao Código de Ética de 1996 que explica este processo de aprimoramento. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

Universidade Católica de Minas Gerais, na qual desenvolveram o “Método Belo Horizonte”, influenciados pela tradição de movimentos sindicais e estudantis. Foi na área acadêmica que esse grupo de jovens deu início a primeira formulação histórica da Intenção de Ruptura, por meio de uma crítica teórico-prática aos elementos tradicionalistas da profissão. Os momentos de consolidação acadêmica e expansão junto a categoria profissional ocorreram no contexto de crise do regime autocrático burguês.

Mais avança essa crise, em alguns centros universitários – São Paulo, Rio de Janeiro, Campina Grande – vai se gestando uma *nova massa crítica* cujo desdobramento repõe na ordem do dia a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional. Ela se beneficia de uma interlocução nova com as disciplinas e teorias sociais e refletem com nitidez as modalidades pelas quais a autocracia feriu a profissão: joga com a ampliação da categoria, com a sua laicização, com a consolidação do mercado nacional de trabalho e com a expansão das agências de formação. Por outra parte, também interage com as outras tendências operantes no Serviço Social: vai-se constituindo um debate com a perspectiva modernizadora e, menos claramente, com a reatualização do conservadorismo. A pouco e pouco, esta produção acadêmica se adensa e, no limite, vai polarizar os debates profissionais (PAULO NETTO, 2006, p. 264-265).

A experiência de BH traçou um caminho que foi retomado nos anos de redemocratização voltado para ruptura com o tradicionalismo em três dimensões: a teórico-metodológica, com aproximação tradição marxista; de concepção e intervenção profissional, buscando redimensionar as práticas institucionais e as possibilidades interventivas e da formação, a serem abordados a seguir.

2.4 Construção do Projeto Ético-Político Profissional de Ruptura a partir dos Anos de Redemocratização

Em relação à renovação profissional, sob a autocracia burguesa, Paulo Netto (2006) afirma que esse processo possibilitou a configuração de um projeto profissional que rompeu com as marcas da ditadura, ao tempo que,

[...] expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira. Nos seus componentes conservadores, modernizantes e contestatórios, as (auto) representações profissionais condensam [...] os próprios vetores que compõem nas lutas e dramas do tecido social brasileiro. [...] A renovação profissional, porque foi capaz de sintonizar as (auto)representações do Serviço Social com a pluridimensionalidade

dos projetos que permeiam a sociedade brasileira, constituiu, em si mesma, a contribuição (nem sempre consciente e voluntária, é verdade) dos assistentes sociais *para abrir o caminho ao futuro — de sua profissão e da sociedade*. (PAULO NETTO, 2006, p. 307-308, grifo nosso).

No contexto de resistência democrática, a consolidação do projeto de ruptura no plano acadêmico contribuiu para maturidade da profissão e a formação de uma massa crítica nova, que possibilitou (PAULO NETTO, 2006). Estavam dadas as condições para construção de um projeto coletivo profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

Portanto, tratar do projeto ético-político do Serviço Social é percorrer o caminho que a categoria profissional buscou para romper com o conservadorismo existente na profissão. A gênese do projeto ético-político ocorreu na segunda metade dos anos 1970 e consolidou-se nos anos 1990.

Projetos profissionais esses que são indissociáveis dos *projetos societários* que lhes oferecem matrizes e valores. Projetos esses que necessitam ser historicamente identificados e explicitados as forças e sujeitos políticos que presidem a sua construção nas sociedades nacionais, como parte de um processo de lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão. (IAMAMOTO, 2015, p. 223, grifo da autora).

Dessa forma, de acordo com Paulo Netto (2001), os projetos profissionais se vinculam fortemente a determinados projetos societários, ou seja, que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, com certos valores para legitimá-la e meios para concretizá-la. Caracterizam-se por serem coletivos, podendo transformarem-se e renovarem-se, conforme as conjunturas históricas e políticas, havendo disputas entre diferentes projetos societários.

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram, entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (PAULO NETTO, 2001, p. 1-2, grifo nosso).

O Projeto Ético-Político profissional é amparado em princípios e valores que conduzem intervenção profissional e norteiam a sua direção social. Por conseguinte, os projetos profissionais são constituídos pela autoimagem da profissão, valores, objetivos e funções, seus conhecimentos teóricos e saberes interventivos. Além disso,

o debate e a elaboração, bem como, a investigação teórico-prática são elementos importantes para a valoração ética do Projeto:

Os projetos profissionais também são *estruturas dinâmicas*, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. (PAULO NETTO, 2001, p. 04-05, grifo do autor)

Considerando que o Serviço Social tem sua origem através dos antagonismos entre os interesses da classe trabalhadora — assalariada — e da burguesia, tornando-se uma resposta ao acirramento das contradições capitalistas; legitimando-se no contexto de ampliação das funções do Estado. Observa-se, então, um projeto ético-político que requer uma postura conservadora, apoiado em uma intervenção de bases teóricas que enfatizavam o ajustamento e a ajuda psicossocial, para a correção das disfunções individuais e sociais.

Como visto, a construção do novo projeto profissional é resultado do acúmulo da profissão desde o movimento de Reconceituação, no qual, contestou-se, com ênfase, a direção política da profissão. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, foi um importante momento que expressou a participação da categoria profissional junto aos movimentos dos trabalhadores e a forte oposição e crítica ao conservadorismo.

As mudanças ocorridas tiveram como consequências a crescente participação nos eventos e na revisão das legislações da profissão — o novo Código de Ética e a nova Lei de Regulamentação da profissão. Destaca-se nesta construção um corpo profissional fortemente organizado.

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo *corpo (ou categoria) profissional*, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua *organização* (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais. (PAULO NETTO, 2001, p. 04-05, grifo do autor)

Essa mudança de paradigmas expressou-se em elementos que materializaram o Projeto Ético-político, presentes na produção de conhecimentos no interior do Serviço Social — as produções teóricas com a sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresenta reflexões sobre o fazer profissional; e na dimensão político organizativa da profissão —, onde se inserem os fóruns de deliberação e entidades representativas da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

A terceira dimensão refere-se aos avanços na dimensão jurídico-política, expressa no conjunto de leis, resoluções, documentos, textos políticos no âmbito profissional, com destaque para o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão, incluindo as legislações sociais a partir da Constituição Federal de 1988.

Assim, Iamamoto (2015) reafirma que o Projeto ético-político realizou-se em diferentes dimensões em torno da profissão: nos seus instrumentos legais, assegurando direitos e deveres dos assistentes sociais e defendendo uma autonomia profissional; nas expressões e manifestações coletivas da categoria, através das suas entidades representativas; nas articulações com outras entidades de Serviço Social e com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados; no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais, preservando a qualidade dos serviços prestados; no ensino universitário, sendo responsável pela qualificação teórica a partir de novas diretrizes curriculares.

O projeto profissional afirma a defesa das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pelo conjunto das unidades de ensino articuladas pela ABEPSS e a qualificação necessária à sua implementação, de modo a assegurar a consonância do ensino universitário com o projeto profissional construído ao longo das últimas décadas. Implica reafirmar, ainda, o respeito à autonomia e a presença política do movimento estudantil no Serviço Social, um dos espaços em que esse projeto é vitalizado. (IAMAMOTO, 2015, p. 225)

A profissão findou-se a um projeto societário comprometido com a mudança da sociedade, afirmando a defesa dos Direitos Humanos e do pluralismo. Assumiu o compromisso com o aprimoramento intelectual, inferindo a construção de uma nova relação com os usuários dos serviços, por meio dos serviços prestados e com a participação dos usuários nas decisões na instituição.

Dessa maneira, a construção do projeto ético-político é decorrente de uma história de participação de diferentes setores da categoria, principalmente que

realizaram a crítica da autocracia burguesa e lutaram pela democratização da sociedade¹⁵. Ultrapassa, portanto, os interesses corporativos da profissão ao se vincular a um projeto para sociedade brasileira. O trabalho profissional cotidiano busca articular-se com este movimento e lutas de superação das desigualdades, de forma que desafia uma interpretação do Brasil contemporâneo, que abarque o (re)conhecimento das classes, no lastro de uma história de democracia restrita circunscrita aos membros das classes dominantes.” (IAMAMOTO, 2015, p. 228).

O/a assistente social, quando atua nas mais variadas expressões das questões sociais, acaba expressando, através de sua prática um posicionamento ético/político, orientado pelos princípios e valores do projeto, buscando favorecer os interesses dos trabalhadores. É possível afirmar que a concretização do projeto se encontra principalmente vinculada ao conjunto de intervenções profissionais, mesmo que esteja atuando isoladamente em seu espaço institucional.

Assim, nota-se que o projeto ético-político da profissão é contraposto aos interesses dominantes na sociedade. Mesmo com a construção de um novo projeto profissional, é impossível desconsiderar as condições atuais que incidem no mercado de trabalho e na formação.

Portanto, constatou-se que nestas quatro décadas houveram significativos avanços na formação e no exercício profissional nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, com a consolidação de um patrimônio crítico da profissão. Esta herança depara-se com um contexto de crise com fortes impactos no mundo do trabalho e na questão social e repercussões na profissão, principalmente a partir da década de 1990. Segundo Iamamoto,

¹⁵ “Não se pode desconsiderar que esse quadro é agravado com a contra-reforma do Estado nos seus diferentes níveis de poder e na sua relação com a sociedade, demarcada pela ideia da privatização, da redução da responsabilidade pública no trato das necessidades sociais das grandes maiorias, em favor da sua mercantilização, desarticulando direitos sociais, rompendo os padrões de universalidade atinentes a esses direitos e provocando uma profunda radicalização da questão social. Ora, é esse contexto que altera a demanda de trabalho do AS, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 40)

[...] o debate no Serviço Social *viveu um duplo e contraditório movimento*: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996) (IAMAMOTO, 2015, p. 222, grifo da autora)

Essas condições históricas promoveram mudanças societárias com impacto no mundo do trabalho, abordadas a seguir, com algumas reflexões sobre os desafios postos ao Serviço Social.

3 CONDIÇÕES SOCIETÁRIAS ATUAIS E AS RESPOSTAS PROFISSIONAIS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM DEBATE

Esta seção tem como finalidade de discorrer sobre as transformações societárias atuais, bem como destituição dos direitos das classes trabalhadoras conquistados ao longo do século XX. Por conseguinte, salientar sobre os desafios enfrentados pelos(as) Assistentes Sociais em meio a um contexto de hegemonia neoliberal, salientando suas respostas profissionais.

Paulo Netto (2012) indica a condição mundializada deste contexto em que as soluções à crise trazem o aprofundamento da exploração e uma contínua regressão das conquistas civilizatórias.

Ainda que se registrem polêmicas acerca da natureza e das complexas implicações dessas transformações, bem como do ritmo em que levam o modo de produção capitalista a aproximar-se dos seus limites estruturais, duas inferências parecem-me inquestionáveis: 1ª) nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia; 2ª) a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias. (PAULO NETTO, 2012, p. 425)

3.1 As Transformações Societárias e a Destituição dos Direitos

Para que as transformações societárias atuais sejam compreendidas é necessário apresentar as mudanças ocorridas no capitalismo, principalmente, no período pós a crise de 1929 e a Segunda Guerra, nos chamados “anos de ouro”, período de expansão do capitalismo monopolista. Behring e Boschetti (2011) apresentam o contexto político que possibilitou a generalização das políticas sociais em distintos formatos históricos, em especial, nos países centrais e a implantação do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).

O contexto da Guerra Fria e a necessidade de fazer um contraponto civilizado ao ainda recente Estado socialista (com todos os seus problemas e limites, hoje largamente reconhecidos), [...] decorrente disso, a dificuldade de conviver com uma crise das proporções de 1929-1932, sem grandes perdas econômicas e de legitimidade e, portanto, o desencadeamento de *estratégias anticíclicas keynesianas*; a possibilidade de uma integração maior dos trabalhadores no circuito do consumo, a partir de uma repartição dos ganhos de produtividade

advindos do fordismo; a capitulação de segmentos do movimento operário, motivada por essas condições objetivas — *as possibilidades de acesso ao consumo e as conquistas no campo da seguridade social* — que davam a impressão de que o capitalismo, a partir daí, ao menos nos países de capitalismo central, havia encontrado a fórmula mágica, tão ao gosto da social-democracia, para *combinar acumulação e equidade*. (BEHRING; BOSHETTI, 2011, p. 114-115, grifos nosso)

No período de 1960-1970, envolto em mais uma crise capitalista, põe em curso a reestruturação da produção capitalista, substituindo a produção taylorista e fordista, no qual, foram substituindo o trabalho parcelado pelas ilhas de produção, tendo como consequência, a redução da força de trabalho. Assim, “estas mudanças [...] determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, [...] visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital”. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29).

Alia-se este processo de reestruturação produtiva e mudanças na organização do trabalho a hegemonia neoliberal, visando obter o consentimento dos trabalhadores diante de novas formas de dominação que,

Supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29)

Essa reorganização na produção capitalista visa uma reorganização das forças produtivas, na qual, são estratégias para enfrentar a crise e reverter as tendências de queda da taxa de lucro. Mota e Amaral afirmam que, frente a novas necessidades do processo de acumulação capitalista,

[...] emerge no horizonte do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, expressa na constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal, estes últimos sujeitos ao *trabalho desprotegido*” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 31, grifo nosso).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva gerou na classe trabalhadora um processo de “destruição”, causando desemprego, precarização de trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho. Behring e Boschetti (2011) salientam que,

Esse desemprego implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativa dos trabalhadores formais e um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que, segundo assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma dos direitos sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 124)

É notável que para os trabalhadores, além dos impactos já citados, nota-se a construção de uma nova configuração das formas de sociabilidade, o qual, os afastam das suas formas tradicionais de organização. Destaca-se, assim, que tais transformações também modificaram a configuração do Estado,

[...] em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho. Nesta conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado materializam-se em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os *mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho*. Todos eles revestidos pela cultura do anti-radicalismo e das soluções negociadas. O objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e na regulação das condições de produção material [...] Ao submeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, pretendem implementar uma estratégia de desvalorização e “remercantilização” da força de trabalho, somente possível porque os “direitos” se reduzem à realização de uma norma estatal. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 37, grifo das autoras).

As mudanças vivenciadas pela sociedade repercutiram/repercutem em todas as esferas sociais. As categorias profissionais estão incorporadas nesse complexo de determinações e, ao sofrer as modificações desse sistema, as mesmas passam a exercerem uma certa influência. Diante disso, cabe analisar como o Serviço Social está atuando diante dessas transformações societárias, na qual há “[...] o alijamento de segmentos sociais majoritários do usufruto dos ganhos da civilização e dependência cada vez maior dos cidadãos aos ditames dos mercados [...] invertendo e subvertendo valores quando a referência é a emancipação humana.” (IAMAMOTO, 2015, p. 231).

Paulo Netto (2013), afirma que no cenário de aumento da pauperização absoluta e relativa, destaca-se o ataque aos sistemas de proteção social articulados à hipertrofia das funções repressivas do Estado e de uma assistencialização minimalista.

De fato, à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as várias iniciativas

– estatais e privadas, mediante as chamadas “parcerias público-privado” – que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980/1990 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”, “nova” e/ou “velha”. Já não se está diante da tradicional filantropia (de base confessional e/ou laica) que marcou os modelos de assistência social que emergiram no século XIX nem, muito menos, diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de bem-estar social. A política social dirigida aos agora qualificados como excluídos se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos direitos, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria). (PAULO NETTO, 2013, p. 28)

Nesse contexto, no Brasil desenvolveu-se um ataque às conquistas promulgadas no texto constitucional e legislações sociais, submetendo as políticas de proteção social ao ajuste fiscal, em um movimento de contrarreforma do Estado brasileiro.

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BERHING; BOSCHETTI, 2011, p.147).

A forma de organização da produção baseada na acumulação flexível e no neoliberalismo trouxe como consequências para a classe trabalhadora: a intensificação do desemprego estrutural, da precarização do trabalho com a flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalhos. Assim,

“[...] aliado às inovações tecnológicas, a estratégia é externalizar/terceirizar custos e partes a *externalização* da produção não passa de uma nova forma de estruturação do trabalho abstrato e que se revela como um verdadeiro reino de liberdade, propriedade e igualdade” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 34, grifo da autora).

Nesse sentido, significa verdadeiramente a insegurança e desproteção do trabalho, com traços mais perversos na realidade brasileira.

A reestruturação produtiva não se caracteriza apenas pelas mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas, comprovadamente tímidos no Brasil, porque aqui reestruturação é *abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%*. [...] Expressão particular de um movimento internacional, marcado pela globalização e pela difusão do pensamento neoliberal, esta estratégia consolida-se, no Brasil, como estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a (des)responsabilização do Estado com

a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 34-35, grifo nosso)

As transformações do Estado brasileiro foram consolidadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), nas quais consistiam em mudanças voltadas para o mercado, com objetivos de encontrarem saídas para a crise econômica e social, acreditando que com essas transformações, o Estado, com as privatizações e o desprezo com as conquistas de 1988, estariam livres para os novos projetos postos a modernidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Um dos destaques da reforma gerencial do Estado implantada foi o “Programa de Publicização”, “[...] que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como na regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 154). A solidariedade e o voluntarismo foram apresentados como fundamentais. Uma outra mudança ocorreu nas políticas públicas, existindo uma separação entre a formulação e a execução das mesmas: o Estado formularia as políticas e as agências as implementariam.

O processo de mercadorização dos serviços sociais de saúde, educação e previdência foram sendo ampliados. Mota (2017), salienta que:

Embora, na atualidade o desmonte destes mecanismos se dê com uma rapidez inaudita, ele remonta à última década do século XX, quando essas políticas começam a sofrer reveses através da mercantilização dos serviços, da expansão da previdência complementar e/ou mediante processos de privatização, como é o caso da Educação, dentre outros. Estavam postas as raízes da tendência atual: transferir grande parte da responsabilidade pública para a responsabilidade individual do trabalhador, desde que em segmentos da economia que favoreçam a lógica da acumulação do capital. Nesse sentido, acode o Estado, criando o aparato jurídico que dá legalidade às novas formas de exploração e expropriação. (MOTA, 2017, p. 33)

Desse modo, a contrarreforma do Estado no neoliberalismo obteve como consequência a desresponsabilização do Estado pelas políticas públicas universais e a adoção de políticas residuais pautadas na focalização, privatização e descentralização. Tais transformações incidem diretamente sobre a sociedade, as políticas públicas e, também, sobre o cotidiano do exercício profissional do Serviço Social, nas condições de trabalho e suas próprias relações de trabalho.

3.2 A Atuação Do/a Assistente Social em face do Contexto de Hegemonia Neoliberal

Conforme afirma Paulo Netto (2001), o Projeto Ético-político alcançou hegemonia no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1990; havendo, entretanto, necessidade de avançar, especialmente em relação às práticas profissionais. Acrescenta que permanecem presentes na categoria profissional tendências conservadoras ou neoconservadoras.

No contexto neoliberal constata-se sinais que representam ameaças a esta hegemonia e incidem no campo teórico-metodológico ao se afastar da perspectiva histórica crítico dialética e atualizar posturas como o fatalismo e o messianismo:

Seu solo comum é a negação do processo histórico enquanto *totalidade* — apreendida em suas múltiplas determinações e relações — em favor dos fragmentos e particularismos na vida em sociedade, que é destituída das clivagens de classe, fazendo florescer influxos voluntaristas e deterministas, condensados nos dilemas do *fatalismo* e do *messianismo*, ambos cativos de uma prática social esvaziada de historicidade. (IAMAMOTO, 2015, p. 222, grifo da autora).

Em relação à formação profissional, as características que marcaram o ensino superior brasileiro refletiram-se na configuração das diretrizes curriculares que tinham sido aprovadas pelo Ministério da Educação do Desporto (MEC). Não retratavam o processo de construção da categoria profissional debatido pela Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS) — hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): “A proposta original sofreu uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2015, p. 445).

Outro aspecto importante é o crescente aumento dos cursos de graduação no ensino privado, trouxe/traz implicações para a formação acadêmica e para o exercício profissional. Tendo como consequências a construção de profissionais em massa; sem qualidade de ensino que assegure o perfil das Diretrizes Curriculares da Profissão; bem como, uma educação mercantilizada¹⁶ que não oferece um Serviço Social apto para o país. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2015)

¹⁶A modalidade de Ensino à Distância não atende às necessidades da maioria da população. Ela apenas amplia a desvalorização profissional, reconfigurando o perfil profissional. Nesse

A predominância das instituições privadas de ensino superior na área, no nível de graduação é tensionada pela dificuldade política presente no universo de docentes e pesquisadores de enfrentarem o debate sobre as implicações do ensino privado no âmbito do Serviço Social. A diretriz que vem nortando o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior. (IAMAMOTO, 2015, p. 444)

A defesa que justifica o ensino superior privado, sustenta-se na afirmação da democratização do acesso ao ensino superior em uma sociedade socialmente segregada. Contudo, entende-se que tal democratização não assegura acesso aos direitos ou a serviços de qualidades, pois as novas mudanças assumidas pelo Estado passaram a requerer um perfil profissional com competências e habilidades singulares para executar e avaliar as políticas sociais, como também, programas e projetos.

Fica nítido, que a finalidade do neoliberalismo é a inserção da iniciativa privada em todas as esferas sociais, ao tempo em que desmonta o aparelho estatal e termina destituindo seu papel de regulação das relações sociais.

A redução desse papel acarreta novos desafios para o exercício profissional dos/as assistentes sociais, visto que a destituição dos direitos sociais e a desqualificação das políticas sociais, colaboram com a precarização da vida dos indivíduos da sociedade. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política dos/as assistentes sociais é desafiada a desenvolver estratégias de atuação capazes de responder as demandas dos seus usuários, mediante o retrocesso das políticas públicas. Segundo Iamamoto (2015),

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do Assistente Social a mero emprego,

sentido, “Um processo formativo desqualificado relaciona-se com a desvalorização profissional e consequente reconfiguração do perfil profissional, na medida em que um graduado em serviço social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal, mas de ação focal nos/as mais ‘empobrecidos/as’, sem a garantia de um padrão civilizatório digno para toda a população, mas claramente concebida para ‘aliviar a pobreza’.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 35)

como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas; ao cumprimento burocrático de atividades preestabelecidas. Já o exercício profissional é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 22).

Nessa medida, o exercício profissional corresponde a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor com a instituição os seus projetos, defender suas qualificações e funções profissionais, e detectar as possibilidades, ou seja, ser um profissional capaz de construir estratégias interventivas, que decodifiquem a realidade em que estão inseridos/as, ao tempo que tracem respostas qualificadas para a designada demanda.

Desse modo, um desafio do nosso projeto é reconhecer que os limites que existem são essencialmente mutáveis, relativos, provisórios, se suprimem, se deslocam e se suprimem novamente, em função de suas contradições internas que devem ser exploradas. É preciso, também, não confundirmos Estado com governos; estes passam, o Estado fica e é a perspectiva de transformação do Estado que deve orientar nossas ações, no sentido de materializar aquela concepção de direitos, de cidadania e de política social que, inegavelmente, passa pela responsabilidade do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 198-199)

Assim, em documento o CFESS (2012) reafirma que é necessária uma articulação na esfera da sociedade civil para definir estratégias comuns ao campo democrático, enfatizando ainda que,

É importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O *desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos* permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e *revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário*. É da maior importância traduzir esta reflexão no "tempo miúdo do trabalho cotidiano", como diz Yazbek, pois a questão social está aí presente nas diversas situações que chegam ao profissional como necessidades e demandas dos usuários dos serviços: na falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, da habitação, da assistência, nas precárias condições de vida das famílias, na situação dos moradores de rua, na busca do reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários por parte dos trabalhadores rurais, na violência doméstica, entre inúmeros outros exemplos. Importa ter clareza que a

análise macroscópica sobre a questão social, tal como efetuada acima, expressa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos. Este reconhecimento permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 54, grifo nosso).

Desse modo, o Serviço Social constrói competências e desenvolve atribuições para atuar nas variadas áreas ligadas as políticas sociais públicas e privadas: saúde, educação, assistência, previdência. Cada área possui suas singularidades e os/as assistentes sociais tem a finalidade de responder as demandas dos usuários dos serviços prestados e garantir acesso aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, em consonância com os deveres em relação aos/as usuários/as preconizados no Art. 5º do atual Código de Ética Profissional.¹⁷

A realidade institucional e a situação social dos/as usuários/as se “[...] consolidam por meio da conjuntura social que constitui a gestão de cada governo, fundamentada no neoliberalismo, permanecendo — mais uma vez — uma forte defasagem entre direito e realidade” (BEHRING; BOCSHETTI, 2011, p. 159).

Portanto, o exercício profissional enfrenta inúmeras dificuldades, visto que a hegemonia neoliberal vai de encontro com o Projeto ético-político do Serviço Social. A

¹⁷ “Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/as usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h- esclarecer aos/as usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 30-31) Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 11 mar. 2022.

partir disso, afirma-se que o projeto profissional está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova sociedade, a qual seja mais justa, sem explorações ou dominações, pautado em reafirmações na defesa dos direitos humanos. O neoliberalismo também dispõe de um projeto societário, operando apenas pelo interesse material, desencadeado a partir do processo de reestruturação produtiva, o qual trouxe um impacto significativo na produção e reprodução da vida social. Iamamoto destaca como o maior desafio “[...] *tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada*” (2015, p. 233, grifo da autora).

Ou seja, os assistentes sociais devem intervir nas expressões da questão social com um posicionamento ético-político orientado por seus princípios, salientando favorecer os interesses da classe trabalhadora, ao tempo de fazer frente ao novo projeto de restauração da ordem do capital, tendo a atuação profissional pautada na busca do fortalecimento da categoria profissional e na luta pela manutenção da autonomia de suas organizações¹⁸.

A perspectiva de direitos e de cidadania orientada por esse projeto ético-político vem sendo assumida e defendida em diferentes dimensões. Do *ponto de vista teórico*, vários intelectuais vêm realizando pesquisas e produções que sustentam um padrão de direitos, cujos princípios se coadunam e reforçam aqueles expressos no projeto ético-político. No *âmbito político-profissional*, as entidades da categoria veem envidando esforços memoráveis na disseminação de uma concepção de direitos sintonizada coletiva e articulação com movimentos sociais, seja pela realização de debates e socialização de informações, seja pela inserção nos espaços coletivos de controle democrático das

¹⁸ É importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário. É da maior importância traduzir esta reflexão no "tempo miúdo do trabalho cotidiano", como diz Yazbek, pois a questão social está aí presente nas diversas situações que chegam ao profissional como necessidades e demandas dos usuários dos serviços: na falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, da habitação, da assistência, nas precárias condições de vida das famílias, na situação dos moradores de rua, na busca do reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários por parte dos trabalhadores rurais, na violência doméstica, entre inúmeros outros exemplos. Importa ter clareza que a análise macroscópica sobre a questão social, tal como efetuada acima, expressa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos. Este reconhecimento permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 53)

políticas sociais que materializam direitos, seja, por fim, pela via do, acompanhamento e qualificação da intervenção profissional nos espaços sócio ocupacionais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 194, grifo nosso)

O exercício profissional dos/as assistentes sociais, além de ser baseado no Código de Ética Profissional e pautado na Lei de Regulamentação da Profissão, dispõe de um conjunto de documentos produzidos coletivamente para referenciar a intervenção em distintos espaços sócio ocupacionais, estabelecendo suas atribuições e competências¹⁹ profissionais, em especial, suas atribuições privativas.²⁰

A natureza contraditória do Serviço Social inserida nas relações sociais capitalista neste estágio de regressão de direitos, mantém aberta a possibilidade de construir alternativas de ação, como define Mota:

Mas, na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (MOTA, 2009, p. 158).

Seguem como enormes desafios aqueles relacionados às condições (em defesa da autonomia profissional) e relações de trabalho (vínculos precários/terceirização, rebaixamento salarial²¹ exigindo o fortalecimento da dimensão política e organizativa da categoria.²²

¹⁹ “As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 8-9).

²⁰ Constitui um importante acervo de publicações, organizadas por iniciativa do CFFESS e disponíveis na página: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>.

²¹ Vale ressaltar a luta vitoriosa pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, em 2010, mas ainda com implementação parcial; e conferir a longa trajetória para aprovação do piso mínimo salarial. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/L12317.pdf> Acesso em: 11 mar. 2022.

²² Destacaram-se recentemente mobilizações das entidades da categoria de Psicologia e Serviço Social, para a prestação de serviços destas nas redes públicas de educação básica, de acordo a Lei N 13.935/2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408> Acesso em: 11 mar. 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou realizar uma aproximação do percurso histórico do Serviço Social, refletindo inicialmente sobre as condições históricas para sua gênese e institucionalização, articuladas à emergência da questão social, como base sócio-histórica da requisição social da profissão, e as respostas formuladas para enfrentamento das suas expressões, em particular do pauperismo.

A pesquisa realizada voltou-se para desvendar o significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, situando suas funções na divisão técnica do trabalho, tendo como referência a contribuição de Carvalho e Iamamoto (2014). O exercício de analisar a profissão remete a aprender a realidade em que se insere e as transformações a partir dos anos 1930, passando por distintas conjunturas.

No contexto da ditadura, pós-1964, apresenta-se o processo de renovação profissional que expandiu as fronteiras teóricas, voltando-se para superação do Serviço Social tradicional.

Deste processo, nos anos de redemocratização sedimenta-se a construção do Projeto Ético-político de ruptura com o conservadorismo. Desse modo, os/as assistentes sociais por estarem inseridos na ponta final dos serviços prestados, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza (IAMAMOTO, 2007).

O trabalho profissional resulta das transformações ocorridas nos processos de trabalho e das mudanças desenvolvidas pelo Serviço Social em seu processo ético-político. Essas mudanças são efetivadas no exercício profissional e na formação profissional, ao mesmo tempo que é protagonista nesse processo. As transformações societárias que a sociedade enfrenta tem requisitado respostas mediante à ordem vigente, intensificando os processos de precarização do trabalho, o desemprego, o desmonte dos serviços públicos acompanhados da privatização/mercantilização das políticas sociais.

O contexto mais recente de políticas sociais no Brasil é pautado na privatização para aqueles que podem pagar, a focalização para os pobres e da descentralização, resultando na desresponsabilização do Estado, mesmo com os direitos expostos na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Tendo em vista, a política social no atual contexto capitalista, não consegue atender à necessidade da maioria dos indivíduos. Diante disso, é necessário afirmar

compromissos com a emancipação política e humana, ampliar o padrão de vida e determinar necessidades mais profundas.

Enquanto profissão, o Serviço Social, que age diretamente nas políticas sociais, também é atingido pelo neoliberalismo, seja no exercício profissional, na formação profissional e/ou nas relações de trabalho, sendo trabalhador assalariado e usuário das políticas sociais, os/as assistentes sociais são afetados/as pelas novas determinações em seus espaços ocupacionais.

A hegemonia neoliberal em suas estratégias, acaba culpabilizando o indivíduo e reduzindo o acesso as políticas aos usuários. O Estado ao repassar a sociedade civil o compromisso com as políticas sociais, individualiza as relações e imprime a retirada do caráter político das mesmas.

Os/as assistentes sociais buscam através de alternativas desenvolver seu trabalho profissional e ir contra a corrente do que está sendo instituído. Afirmam suas ações nas normas que regulam a profissão, e apoiam-se nas políticas sociais e se fortalecem com as leis em vigor, assim, procuram garantir aos usuários o acesso aos direitos instituídos por lei.

Desta forma, o trabalho profissional dos/as assistentes sociais busca se efetivar pela construção ético-política, identificando as dificuldades postas pela desigualdade advinda do capital/trabalho. O profissional diante dessa realidade, precisa construir mediações que viabilizem o acesso dos usuários aos direitos sociais, mesmo que não seja da forma desejada.

Apesar das características de cada espaço ocupacional, é necessário salientar que os avanços teórico-metodológico e ético-político, são construções coletivas da categoria, na qual, vem sendo construída as bases para a intervenção profissional. O direcionamento das ações da classe trabalhadora e profissional, precisa construir formas de conscientização da classe trabalhadora usuária de que os direitos sociais conquistados ao longo da história não sejam excluídos definitivamente, como deseja os órgãos influenciados pelos princípios da ordem neoliberal.

Cada vez mais a formação e o debate profissional do assistente social torna-se fundamental. Tendo em consideração que o projeto profissional vem sofrendo constantes ameaças e, resultando na sua fragilidade, requisita-se o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à hegemonia neoliberal presente no interior da profissão. A atual conjuntura exige, portanto, o aprofundamento dos estudos, possibilitando a leitura do real para a defesa de um projeto societário distante deste

que se consolida, da qual a ordem é o aprofundamento existente entre as classes sociais.

Portanto, nessa conjuntura de organização defensiva, de conservadorismo e de desresponsabilização do Estado sobre as políticas públicas/sociais — e outras transformações —, os desafios postos à profissão, necessitam de construção e intensificação de instrumentos que aprofundem a dimensão investigativa da profissão, articulando o desenvolvimento teórico-metodológico e a elucidação das inúmeras contradições presentes no espaço profissional. Destarte, é notório a busca pelo fortalecimento de entidades de representação da profissão, as quais têm desempenhado um relevante papel de resistência e direção em face da conjuntura atual. Pois, como Mota (2017) afirma,

Por isso mesmo, nessa conjuntura de ofensividade restauradora das classes dominantes, os que vivem a precarização como expressão, dentre outras, das expropriações materiais e sociais, não podem abrir mão de lutar pelos seus direitos trabalhistas e sociais, visto que, em tal conjuntura regressiva, essa luta contém uma direção anticapitalista e insurgente. Seus desdobramentos dependerão da correlação de forças entre as classes sociais. (MOTA, 2017, p. 35).

Desse modo, é preciso que os/as assistentes sociais continuem buscando o fortalecimento e luta pela consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que, da mesma forma que foi conquistado e alcançou uma maturidade, em sintonia com os tempos presentes e capaz de articular profissão e realidade brasileira. Ao tempo que renova a crítica e a recusa do conservadorismo e engaja-se na luta por direitos e sua efetivação. A categoria profissional permanece atenta para decifrar os desafios que a atual conjuntura impõe, conservando o posicionamento em defesa da democracia, dos direitos sociais e do combate à desigualdade social, e jamais “abaixar a cabeça” diante dessa ofensiva neoliberal que vem assolando a sociedade e apresenta o agravamento da face contemporânea da barbárie.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2 v.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. Lei 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 de junho de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2012. 1 v. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf> Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Edição especial: análise de conjuntura**. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. CRESS, 2013. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8662/93**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf> Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2020. 2 v. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. 80 anos do Serviço Social: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social e análise de conjuntura** Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-Conjuntura.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GARCIA, Ana Lucia da Silva; MACIEL, Heloisa Helena Mesquita; ALCHORNE, Sindely. **Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. 257 p. Disponível em: <http://www.ser.puc-rio.br/uploads/assets/files/4.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. *In*: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/UnB, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Disponível em: Artigo-A-pandemia-do-coronavírus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saúde-2.pdf (cress-es.org.br). Disponível em: 10 jan. 2022.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/24945645/A_Nova_F%C3%A1brica_de_Consensos_Ana_Elizabete_Mota_Org_. Acesso em: 20 jan. 2022

MOTA, Ana Elizabete. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/v8d9464738ue654gh5X0.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: **Serviço Social e Saúde**: Formação Profissional. Cortez, 2018, 4 ed. Disponível em: https://ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

PAULO NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 1 v.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul. 2012. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAULO NETTO, José. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2013.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore *et al.* Desafios postos aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no contexto de desmonte do ensino superior. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 139, p. 407-414, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7KdyBgqr46BS8KwYdvzSVgv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2022.